



Número: **0801080-15.2018.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **11/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
A. A. D. S. (AUTOR)		CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		ROSANGELA ANDRE DE SOUSA (PROCURADOR)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15885518	11/08/2018 20:39	Petição Inicial	Petição Inicial
15885519	11/08/2018 20:39	Procuração DPVAT	Procuração
15885520	11/08/2018 20:39	Procuração e hipossuficiencia	Procuração
15885522	11/08/2018 20:39	doc. pessoais da genitora	Documento de Identificação
15885525	11/08/2018 20:39	Documentos do autor	Documento de Identificação
15885527	11/08/2018 20:39	Boletim de ocorrência	Documento de Comprovação
15885532	11/08/2018 20:39	envio de documentos DPVAT	Documento de Comprovação
15885533	11/08/2018 20:39	Documento da moto	Documento de Comprovação
15885534	11/08/2018 20:39	Andamento do processo	Documento de Comprovação
15885535	11/08/2018 20:39	Ficha médica	Documento de Comprovação
15885538	11/08/2018 20:39	Certidão de Óbito	Documento de Comprovação
18776604	06/03/2019 10:26	Despacho	Despacho
19972794	21/03/2019 16:50	Petição	Petição
19973112	21/03/2019 16:50	ficha de associado	Documento de Comprovação
31829531	26/06/2020 16:59	Decisão	Decisão
32193804	09/07/2020 13:33	Expediente	Expediente
32306750	14/07/2020 10:17	Manifestação	Petição
32308911	14/07/2020 11:03	Cota	Cota

EXCELENTÍSSIMA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA ____ VARA DESTA COMARCA DE POMBAL - PARAÍBA.

ARTHUR ANDRE DA SILVA, menor impúbere, portador do CPF. 140.402.574-05, representado por sua genitora, ROSANGELA ANDRE DE SOUSA, brasileira, solteira, agricultora, portador da cédula de identidade RG nº337946. e inscrito no CPF sob nº 077.215.964-59, domiciliado no Sítio Boi, Zona Rural de São Domingos, Estado da Paraíba, através de seu bastante e único advogado, que esta subscreve, com instrumento de procuração anexa, endereço *in fine* [\[1\]](#), vem com habitual respeito e acato perante Vossa Excelência, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT c/c REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS

em face da **SEGURADA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser intimada através de seu departamento jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031.205, pelas razões de fato e direito a seguir articuladas:

I - PRELIMINARMENTE

Requer os **benefícios da justiça gratuita**, por ser pobre na forma da lei em virtude de que a requerente na qualidade de beneficiária da justiça gratuita não tem condições financeiras de custear as despesas processuais, pois ganha apenas 01 (um) salário mínimo, para se sustentar e alimentar seu filho

II - DOS FATOS:

Ocorre que, no dia 05/11/2016, quando trafegava em via pública, pela rodovia estadual PB 338, perdeu o equilíbrio em uma curva e caiu no local, conforme boletim acostado, quando a motocicleta Honda /CG 125, TITAN, placa klf-0396, RENAVAL 728960915 e foi socorrido para o Hospital Regional de Pombal, em seguida transferido para o Hospital de Traumas de Campina Grande e posteriormente veio a óbito em decorrência do acidente.

Diante do ocorrido, o autor sofreu politraumatismo, TCE grave, fratura de crânio, trauma no abdome, sendo submetido a procedimento cirúrgico, tudo isso comprovando por documentos acostados

O promovente, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT e de posse da documentação exigida em Lei, postulou junto à requerida o recebimento da indenização e após procedimento demasiadamente burocrático e dentro do prazo, requereu administrativamente, sendo que a Seguradora criou obstáculos, sendo necessário ingressar em juízo.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DATA DO ACIDENTE OU SEJA, A PARTIR DO DIA 05/11/2016.

Diante de tais fatos e da comprovação do falecimento, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO por morte.

Logo, nos leva a concluir pela morte do mesmo, em face do prejuízo e do constrangimento, frustração e desamparo e diante da obrigação de pagar ao requerente, da má-fé da seguradora conveniada ao consórcio DPVAT, não restou alternativa ao demandante, senão pleitear seu direito na via judicial.

III – DO DIREITO:



A Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nº 8.441/92, nº 11.482/07 e 11.945/09 dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Em conformidade com o artigo 3º da citada Lei, danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos o que nos diz este artigo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifo nosso).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO.

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência ou Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

A parte autora buscou na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, entretanto, teve o seu processo administrativo devolvido no dia no mês de abril do corrente ano, tendo ingressado no mesmo dia com ação para garantir seus direitos.

A vítima veio a óbito em decorrência do acidente, deixando um filho, requerente do presente processo.

Denota-se, portanto, que o demandante não recebeu o valor devido, qual seja: o equivalente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, nos termos da Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, devendo ser indenizado pelo seguro, como medida de direito.

Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que fez o referido pagamento, pois se assim não fosse, obviamente, a mesma não teria efetuado o pagamento nem mesmo do citado valor.

Logo, não cabe à demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexo causal e direito da parte autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder da demandada.



Demonstrado o nexo causal existente entre o acidente automobilístico, impõe-se o dever de indenizar.

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o CPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008).

Portanto é justo que a correção monetária seja devida desde a data do acidente, ou seja, do efetivo prejuízo, para preservar o poder de compra do valor da indenização e, conseqüentemente, evitar o enriquecimento ilícito ou sem causa da seguradora. Assim sendo, é correta a incidência de atualização monetária e dos juros de mora desde a data do sinistro, qual seja 05/11/2016.

V - DO DANO MORAL:

Verifica-se que o ato de sonegação parcial de indenizar o valor integral previsto na lei do Seguro Obrigatório – DPVAT (art. 3º, alínea a da lei 6194/74) configura ato ilícito, o que decorre, nos termos dos art. 186 e 927 do CCB vigente c/c art. 6º, VI do CDC, a obrigação de indenização pelo dano causado, *in verbis*:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

I – omissão.

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;



Por conseguinte, observa-se que já é pacífico tanto na doutrina quanto na jurisprudência que a responsabilidade do causador por dano moral decorre tão simplesmente do fato do ato ilícito, sem necessidade de se provar prejuízo amargado, senão vejamos jurisprudência do STJ:

“A concepção atual da doutrina orienta-se no sentido de que a responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação. **Verificado o evento danoso, surge a necessidade de reparação, não havendo que se cogitar da prova do prejuízo, se presentes os pressupostos legais para que haja a responsabilidade civil.** Desse modo a responsabilização do ofensor origina do só fato da violação do “*neminem laedere*”. Significa, em resumo, que o dever de reparar é corolário da verificação do evento danoso, dispensável, ou mesmo incogitável, a prova do prejuízo”. (STJ – 4ª Turma – Resp. nº 23.575 – DF – Rel. César Asfor Rocha - 9.6.97 – DJU 1.9.97 – Repert. INOB de J. 20/97, Cad. 3, p. 395, nº 13678, e RST 98/270). (grifo nosso).

Tendo em vista os malsinados atos praticados pela ré que, se aproveitando da condição de hipossuficiência e da idade da parte demandante infringiu a lei para obter um lucro maior, assim como em razão da equação utilizável em todos os tribunais pátrios, consistente na razão de a indenização deve ser o suficiente a desencorajar o autor do dano a praticar novamente a mesma conduta sem causar o enriquecimento sem causa da vítima com o pagamento de indenização, aponta-se como parâmetro para o arbitramento do valor de indenização a título de dano moral, o valor da diferença entre o valor a que tem direito e o efetivamente recebido do seguro.

VI – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA:

No caso em tela temos que a relação entre a seguradora e o destinatário final da indenização do seguro DPVAT caracteriza-se como uma relação de consumo, já que estão presentes todos os elementos subjetivos e objetivos da relação, descritos nos art. 2º e 3º do CDC.

Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Desse dispositivo depreende-se que havendo hipossuficiência do consumidor, é direito básico seu a facilitação da defesa de seus direitos **com a inversão do ônus da prova**. Trata-se do Princípio da Isonomia, pois o consumidor é a parte mais fraca e vulnerável na relação de consumo, devendo ser tratado de forma diferenciada, a fim de que seja alcançada a igualdade real entre os participantes da relação de consumo.

VII - DA JURISPRUDÊNCIA:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para a Autora, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.



- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

Mesmo diante do alegado, a parte autora ingressou com o pedido administrativamente, porém, uma das reguladoras passou a exigir documentos desnecessários, pois o nexo causal já fora demonstrado.

Demonstrado está o direito do autor em receber o valor de indenização de seguro obrigatório que culminou em debilidade e deformidade permanente, restando à requerida o dever de efetuar o seu pagamento, devidamente corrigido desde a data do fato.

Ademais, a jurisprudência se posiciona no sentido de que:

“Não há, para efeito de pagamento da indenização, obrigatoriedade da apresentação do laudo do Instituto Médico Legal quantificando as lesões sofridas pelo segurado. Isto, aliás, fica evidenciado no § 1º do Art. 5º da Lei do DPVAT que exige, para o pagamento do seguro obrigatório, apenas registro policial do sinistro e, conseqüentemente, prova dos danos pessoais sofridos”. (RT 54025-2). (grifo nosso).

Por fim, a parte autora, não encontrando outra forma de solucionar o litígio, vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

VIII - DOS PEDIDOS:

Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

a) Que seja deferida a **inversão do ônus probandi em face da hipossuficiência da parte promotente** e com base na economia processual, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo relativo ao seguro obrigatório DPVAT da parte autora, vez que toda documentação aludida àquele processo ficou, sem que esta concedesse o acesso às informações ali contidas, uma vez que pode auxiliar no deslinde da demanda de modo mais célere, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos relatados na inicial.

b) A **citação da promovida**, através de AR (Correios), no endereço retro declinado, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão.

c) A **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, para condenar a promovida a pagar a quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, face a morte do instituidor, devidamente corrigida e com juros de mora desde a data do sinistro (05/11/2016), conforme entendimento dos Tribunais Superiores e conforme farta documentação acostada;

d) Condenar a promovida a pagar, ainda, a título de danos morais, quantia de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, em razão do ato ilícito representado pela violação à Lei 6194/74 (arts. 3º, 5º, § 1º), valor este utilizado como parâmetro para arbitramento, nos termos das razões esposadas acima, valor este acrescido de correção monetária e juros de mora;

d) Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas e despesas processuais.

e) Requer seja deferido o benefício da justiça gratuita, por ser a parte demandante pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família, conforme Art. 98 do NCPC, por ser pobre na forma da Lei e para comprovar, a mesma ganha apenas 01 (um) salário mínimo.



f) Condenação honorários de sucumbência em 20% (vinte por cento);

A parte autora opta pela **não** realização de audiência de mediação/conciliação.

Tendo em vista não necessitar de perícia, requer desde logo, audiência para oitiva de testemunhas que serão apresentadas independentes de intimação;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, depoimento pessoal da parte, sem prejuízos das demais possíveis.

Dá-se a presente, o valor de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, para efeitos fiscais.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

Pombal - PB, 06 de agosto de 2018.

BEL. CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA
OAB/PB 21.101

[1] Rua Miguel Alves da Silva, 28, Petrópolis, Pombal – PB, CEP: 58840-000, email: evandroqueiroga.adv@hotmail.com, Cel. 83-98132-0080 (vivo)/ 83 –99970-6734 (TIM)



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Otorrogante: ROSÂNGELA ARDRE DE SOUSA
BRASILEIRO(A), ESTADO CIVIL SOLTEIRA
PROFISSÃO: AGRICULTORA, IDENTIDADE: 3375546 - SP/PB
CPF: 077.215.964-59, TELEFONE: 83-98102-3639
ENDEREÇO: SÍTIO BOI
BAIRRO: ZONA RURAL CIDADE: SAO DOMINGOS
ESTADO: PARAIBA FILHO(A)DE: _____
E _____ EMAIL: _____

Otorrogado: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA, brasileiro, casado, RG. 2264265 SSP/PB, CPF. 030.823.674-29, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 21.101, seccional da Paraíba, com endereço profissional na Rua Miguei Alves da Silva, 28, Petrópolis, Pombal – PB.

Confere poderes: Para o foro em geral, com a cláusula ad judicium – "et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo para tanto ajuizar as ações competentes, qualquer instância administrativa ou judicial, inclusive as de falência, e defendê-lo(s) nas contrárias seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, receber alvará, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, receber alvará, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato, inclusive para representá-lo junto a autarquias públicas federais, estaduais e municipais, requerer cópias ou assinar qualquer documento junto ao INSS, o qual servirá também como contrato de honorários advocatícios, que será de 20 % (VINTE POR CENTO) por cento sobre o valor da sentença, ou do acordo, em favor do OTORAGADO. Ficando ciente que os honorários de sucumbência são um direito dos advogados, na forma da lei.

SAO DOMINGOS - PB, 16 / 04 / 2018.

Rosângela Ardre de Sousa



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

NOME: ROSANGELA ANDRÉ DE SOUSA

BRASILEIRO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO PROFISSÃO: AGRICULTORA

IDENTIDADE: 3379546, SSP/PB CPF: 077.215.964-59

declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

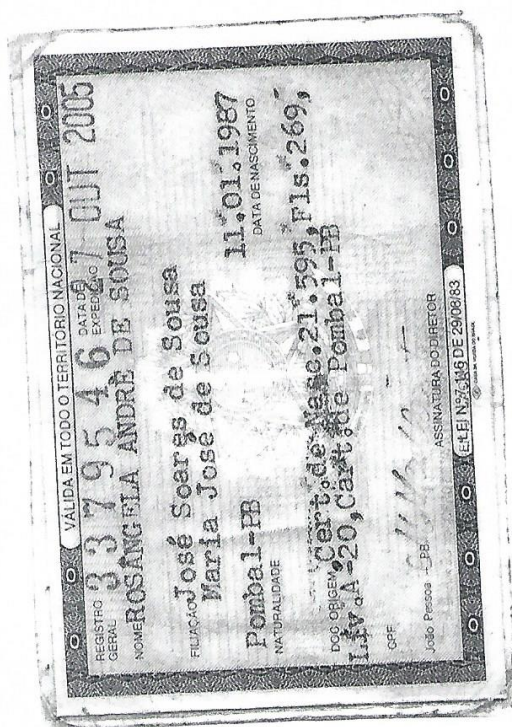
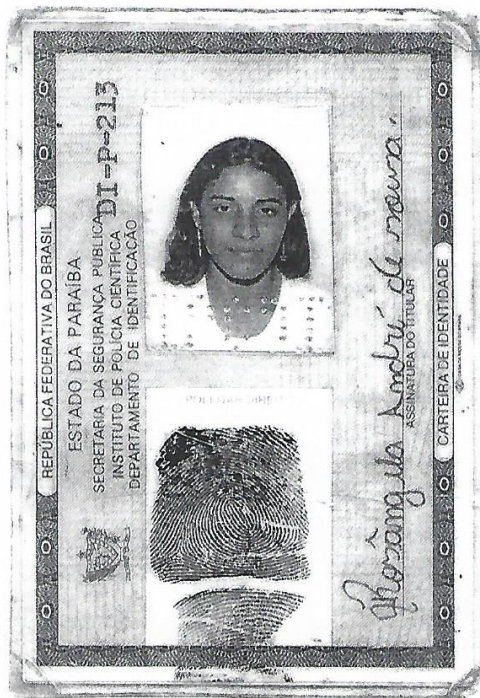
Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

SÃO DOMINGOS - PB, 16/04/2018.

Rosângela André de Sousa.





CPF - Comprovante de Inscrição

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Número
140.402.574-05
Nome
ARTHUR ANDRE DA SILVA
Nascimento
05/04/2014
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
E3C6.8569.50FE.26100
A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br
Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:58:44 do dia 21/10/2016 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:
ARTHUR ANDRÉ DA SILVA

MATRÍCULA

0714230155 2014 1 00001 231 0000919 04

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) cinco de abril de dois mil quatorze.		DIA 05	MÊS 04	ANO 2014
HORA DE NASCIMENTO 13:25	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Pombal-PB			
MUNICÍPIO DE REGISTRO São Domingos-PB	LOCAL DE NASCIMENTO Hospital Distrital Regional Senador Rui Carneiro		SEXO masculino	
FILIAÇÃO Abel Dantas da Silva e Rosângela André de Sousa				
AVÓS PATERNO(S): Antonio de Sousa Silva e Maria Auxiliadora Dantas da Silva ; MATERNO(S): José Soares de Sousa e Maria José de Sousa.				
GÊMEOS NÃO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI			
DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) seis de maio de dois mil quatorze (06/05/2014).		DNV (DEC. NASC. VIVO) 30848136366		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Registro lavrado em 06/05/2014, no livro A-00001, Nº 919, folha 231.				
CARTÓRIO ÚNICO "Emílio Alves da Silva" Maria Graciote Almeida da Silva SUBSTITUTA - CPF. Nº 078.406.754-79 Ana Maria Ferreira da Silva Oficial de Registro SÃO DOMINGOS - PB				
NOME DO OFÍCIO Elydio Alves da Silva				
OFICIAL REGISTRADOR Ana Maria Ferreira da Silva				
MUNICÍPIO São Domingos-PB				
ENDEREÇO Rua Antônio Lourenço de Sousa S/N Centro São Domingos-PB - CEP - 58853000				

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
São Domingos-PB, 6 de Maio de 2014

Maria Graciote Almeida da Silva
Oficial Substituta





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº00645.01.2017.2.00.401

OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: MORTE A ESCLARECER

Data da Ocorrência: 05/11/2016

Hora: 23:30:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Pb 338, São Domingos de Pombal, PB.

PARTE(S)

	COMUNICANTE
	Nome: Antonio de Sousa Silva
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Maria Cariolanda de Sousa e João Orlando da Silva
	Idade: 61 Data de Nascimento: 22/03/1955 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Pombal
	Estado Civil: casado(a)
	Escolaridade: Não informado Profissão: Agricultor
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 045.126.404-52
	Endereço: Sítio Aguas Bela, São Domingos de Pombal, PB
	Complemento: Não informado
	Telefone: (83) 98157-1039

	VITIMA
	Nome: Abel Dantas da Silva
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Maria Auxiliadora Dantas da Silva e Antonio de Souza Silva
	Idade: 28 Data de Nascimento: 10/03/1988 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Pombal
	Estado Civil: solteiro(a)
	Escolaridade: Não informado Profissão: Agricultor
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 090.941.144-10
	Endereço: Sítio Aguas Belas, São Domingos de Pombal, PB
	Complemento: Não informado
	Telefone: Não informado

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

PARTE	
	Exame cadavérico (necropsia) Nº 1
	(1) Abel Dantas da Silva (VITIMA)

HISTÓRICO

Comunicante é pai da vítima ABEL DANTAS DA SILVA, que vinha conduzindo uma motocicleta

Procedimento Policial Nº:00645.01.2017.2.00.401

1/2



DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
2ª Superintendência Regional De Polícia Civil
Central de Polícia Civil de Campina Grande -
Setor de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



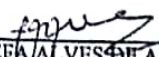
**GOVERNO
DA PARAÍBA**

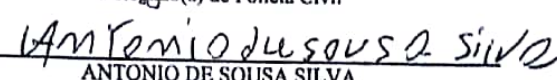
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social


quando perdeu o equilíbrio em uma curva e caiu no local acima informado. No momento do ocorrido vítima foi socorrida por SAMU, levado ao Hospital Regional de Pombal e no dia 06/11/2016 foi transferido para o Hospital de Traumas de Campina Grande PB, onde fazia tratamento médicos. Relata que na data de hoje, 17/01/2017 por volta das 10h12min comunicante foi informado do óbito da vítima.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.

Campina Grande/PB, 17 de janeiro de 2017.


JOSEFA ALVES DE ASSIS
Delegado(a) de Polícia Civil


ANTONIO DE SOUSA SILVA
Noticiante


FLAVIANA ANGÉLICA GOUVEIA
Agente de Investigação

Procedimento Policial Nº:00645.01.2017.2.00.401

2/2



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30301025 - AC POMBAL
POMBAL - PB
CNPJ....: 34028316371519 Ins Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento..: 16/04/2018 Hora.....: 11:00:04
Caixa.....: 86016232 Matricula...: 86273436
Lancamento.: 033 Atendimento: 00015
Modalidade.: A Vista IO Tiquete...:1458267147

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA NA0 COMERCIAL	1	14,05+
Valor do Porte(R\$) ..	4,05	
Cep Destino: 88010-010 (SC)		
Peso real (G).....:	159	
OBJETO.....:	JR795186885BR	

REGISTRO A VISTA....:	5,00	
AVISO DE RECEBIMENTO:	5,00	
Selo.....:	14,05	
CAIXA DE ENCOMENDA	1	5,80+
Preco Unitario(R\$)...	5,80	

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o servico adicional de valor declarado.

TOTAL(R\$)=====>	19,85
VALOR RECEBIDO(R\$)=>	50,00
TROCO(R\$)=====>	30,15

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Encomenda cilindrica, esferica ou com uma
dimensao superior a 70 cm implica cobranca
adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE SARA 7.8.01



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PE Nº 4424476234
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. RENAVAM R.T.B. EXERCÍCIO
1 728960915 ***** 2000

NOME/ENDEREÇO
MARIA MARLENE ANDRADE DA SILVA
ROD BR 408 KM 02 N 340
CS-CENTRO
TIMBAUBA-PE 55870-000

CPF/CGC PLACA
501.451.344-15 KLF0396

PLACA ANTIGA CHASSI
***** 9C2JC2500YR097356

VEÍCULO
HONDA/CG 125 TITAN 1999 2000

CAT. FISC. CATEGORIA CORRESPONDENTE
20/124EL PARTIC AZUL

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS
IPVA 2000 QUITADO 1ª *****
PAGA IPVA. PARCELAMENTO/COTAS 2ª *****
1 ***** 3ª *****

PRÊMIO LÍQUIDO(R\$) ISOF PRÊMIO TOTAL(R\$) DATA DE PAGAMENTO
SEGURO PAGO 30 OBRIGATORIO

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA

LOCAL DATA
TIMBAUBA 31/05/09

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT

PENº 4424476234 BILHETE DE SEGURO DPVAT

NOME/ENDEREÇO
MARIA MARLENE ANDRADE DA SILVA
ROD BR 408 KM 02 N 340
CS-CENTRO
TIMBAUBA-PE 55870-000

CPF/CGC PLACA
501.451.344-15 KLF0396

BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO
PENº 4424476234 EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2000 31/05/09

NOME/ENDEREÇO
MARIA MARLENE ANDRADE DA SILVA
CS-CENTRO
TIMBAUBA-PE 55870-000

VIA CPF/CGC PLACA
1 501.451.344-15 KLF0396

COD. RENAVAM MARCA/MODELO
78960915 HONDA/CG 125 TITAN

AN/FAB. CAT. FISC. CHASSI
1999 09 9C2JC2500YR097356

OBSERVAÇÕES: OBRIGADORAS TARIFÁRIAS 03 OU 04 NÃO COBRAR NESTE BILHETE (VIG. OBSERVAÇÃO 8 NO VERSO)

PRÊMIO LÍQUIDO(R\$) CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$)
SEGURO PAGO

TOTAL(R\$)

VIA CONVÊNIO

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE SN1000

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com a original exibida nestas
Notas. DOU FÉ. POMBAL-Paraíba, 15/02/2017.

ANA CRISTINA FORMIGA DE QUEIROGA
Selo Digital de fiscalização Tipo Normal C-AER15/80-J67Y
Confira os dados do ato em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
EMULIM: RS: 2.77 FARPEN: RS: 0.97 EEP: RS: 0.00

POMBAL
Tel: 83 3431-2175



POCIBAL
Tel: 83 2431-2175

A presente fotocópia possui uma original
Notas, DOT F8, POCIBAL-Deplata 16/03/2017.

ANALISANDO
Sendo da jurisprudência, não há necessidade de se fazer
Cópia de 05 folhas. POCIBAL-Deplata 16/03/2017

ANALISANDO
Sendo da jurisprudência, não há necessidade de se fazer
Cópia de 05 folhas. POCIBAL-Deplata 16/03/2017

VALIDO SOB O ESCRITO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICIDADE
existida
neste

SN7000





Processos Relatórios Trocar Senha Sair do Sistema

Sinistro / Acidente	Vítima	Requerente	Andamentos
---------------------	--------	------------	------------

Processo: 25960 - Natureza: - Sinistro: - Nome:

Data	Descrição	Usuário
02/05/2018 12:53:54	PRE-CADASTRO NÃO ANALISADO	ELAINE CRISTINA CARDOSO
02/05/2018 14:26:00	PRE-CADASTRO COM RESTRICÇÕES: APRESENTAR ADITAMENTO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA INFORMANDO OS DADOS COMPLETOS DA MOTOCICLETA QUE A VÍTIMA CONDUZIA. ENVIAR DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS PARA O BENEFICIÁRIO ARTHUR. ENVIAR NOVO FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO. FOI ENVIADO MODELO ANTIGO QUE NÃO É MAIS ACEITO. ENVIAR NOVO MODELO DE DECLARAÇÃO SUBEP 445 E COMPROVANTE DE ENDEREÇO DO PROCURADOR. **ENVIAR PROCURAÇÃO DEVIDAMENTE PREENCHIDA E COM RECONHECIMENTO DE FIRMA POR AUTENTICIDADE OU VERACIDADE.	ELAINE CRISTINA CARDOSO

25960





NOME: <i>Abelardo Silva</i> <div style="text-align: center;">UTI</div>	N.º PRONTUÁRIO ENF. LEITO
--	---

Notas sobre a Evolução da Doença, Complicações, Consultas, Mudança de Diagnóstico, condições ao ser dada Alta, instruções ao Paciente devendo toda anotação ser assinada pelo profissional que a fez.

Data	EVOLUÇÃO	Rubrica
07/04/16 (103h)	<p># <u>Admissão:</u></p> <p>Paciente vitando de acidente motorcyclístico, apresentando trauma abdominal fechado, sendo realizado L.E + C/Pharmacologia.</p> <p>1/2 curado de IoT + Vem de melhora, em tratamento pós-5, mantendo controle SI qm, fígado no Tóxico (<u>T=38°C</u>), mantendo normotensão.</p> <p>- <u>do exame:</u></p> <p>ACV: ALA 2T BVP III.</p> <p>ap: MV @ 20 SIM</p> <p>AD: subnormal, ALA @;</p> <p>To: 4m.</p> <p>- <u>12:</u> - Politemismo</p> <p>- Po LI</p> <p>- E/Pharmacologia</p> <p>- <u>CV:</u> ① melhora vi</p> <p>- ② placas AD: Ascler +</p> <p>Algo.</p>	

Dr. Marcos Magalhães
Terapia Intensiva
CRM-PE 3254



NOME: ABEL DANTAS SILVA

PRONTUÁRIO: 1346883

UTI – ROSA

IDADE

29

DUTI

1º

LEITO: 17

DATA

EVOLUÇÃO MÉDICA

07/11/2016

HD

- POLITRAUMATISMO → ACIDENTE DE MOTO
- TCE GRAVE → HEMATOMA EXTRADURAL FRONTO – PARIETO – TEMPORAL LAMINAR DIREITO + EDEMA + HSA T → TRATAMENTO CONSERVADOR PELA NEUROCIRURGIA
- ALTERAÇÃO GRAVE DA COMPLACÊNCIA ENCEFÁLICA
- FRATURAS BASE DE CRÂNIO
- TRAUMA ABDOMINAL FECHADO → TRAUMA ESPLÊNICO GRAU III
- PO LAPAROTOMIA EXPLORADORA → ESPLENECTOMIA + TOALETE CAVITÁRIA (06/11/16)

* CEFTRIAXONA (07/11/16) + METRONIDAZOL (07/11/16)

DISPOSITIVOS

- ☒ TOT
- ☒ AVC
- ☒ DVE
- ☒ SNG / SNE
- ☒ SVD
- ☒ OUTROS: VMI

CONTROLES 24h
(INGRESSO HOJE ÀS
3h)

	PAS	PAD	FC	FR	SPO2	T°	PVC	HGT	DIURESE
MAX.	163	99	106	VMI	100	38,4	***	108	300 ml
MIN.	150	90	85	VMI	98	38,2	***	***	

EVOLUÇÃO
DIÁRIA

PACIENTE SEDADO, RASS -5, COM TOT LIGADO E BEM ADAPTADO À VMI, APESSAR DO MOMENTO, HIDRATADO, HIPOCORADO, ACIANÓTICO, ANESTÉSICO. HEMODINAMICAMENTE ESTÁVEL SEM USO DE DVA. PUPILAS ISOCÓRICAS MIÓTICAS, RHM (PREJUDICADO). E USO DE COLAR CERVICAL. OTORRAGIA ESQUERDA. BC: RÍTMICOS, REGULARES, NORMOFONÉTICOS, 2T, SEM SOPROS. MV: CONSERVADO, RUDES DIFUSOS AHT. ABDOME: RHA (+), DEPRESSÍVEL, SEM SINAIS DE IRRITAÇÃO PERITONEAL À PALPAÇÃO. MMSS e II: SEM EDEMAS.

CONDUTA

1. TITULAR SEDAÇÃO
2. OTIMIZAR HIDRATAÇÃO / DIURESE
3. INTENSIFICAR FISIOTERAPIA
4. SOLICITO TC DE CRÂNIO SIMPLES

Arturo F. Perez Nogales
Medicina Intensiva
CRM-PB 6520

ARTURO F. P. NOGALES

CRM – PB 6520





NOME: <u>Alcel Antonio da Silva</u>	N.º PRONTUÁRIO	
UTI	ENF. <u>UTI ROSA</u>	LEITO <u>17</u>

Notas sobre a Evolução da Doença, Complicações, Consultas, Mudança de Diagnóstico, condições ao ser dada Alta, instruções ao Paciente devendo toda anotação ser assinada pelo profissional que a fez.

Data	EVOLUÇÃO	Rubrica
08/11/16	# Cirurgia Geral #	
	# 3º DIH	
	# HD: 11 Politrauma -> acidente de moto	
	2) TCS grave -> hematoma extradural fronto- parietal temporal hemisfério direito + edema + HSAT	
	3) Alteração grave da consciência morfológica	
	4) Fraturas de base cãibra	
	5) Trauma abdominal fechado -> trauma esplênico III	
	6) 2º DPO Laparotomia exploradora -> splenectomia + tórax contusão	
	# Em uso de: Oxitriptina + Nitroglicerina (DO 07/11)	
	# Dispositivos: AVE, TOT, SVD, colar cervical	
	# Contadores: DPAS: 124 - 186 mmHg ASatO2: 93-100%	
	MPae: 54 - 108 mmHg AHGT: 11h - 155 mg/dl	
	ΔFc: 69 - 90 bpm 17h - 165 mg/dl	
	ΔTcx: 36 - 37,5°C 23h - 172 mg/dl	
	05h - 155 mg/dl	
	Diurese: 2400 ml / 24h	
	CH: 3720 - 3260 = 460 ml	
	# Evolução: Paciente segue em leito de UTI ROSA, em decúbito O, respirando sob TOT em VTI (PC O2 60%, PEEP 8, 14/14); medicação (fentanil, dexmedetomidina), sem O2A, diurese 4 por SVD, normotermia, isocórico, 2 medicações	
	# Análises: GEG, sedado, supnótico, hidrolado, hipo- cálcico (4/14), cetúrico (4/14), náuseas, aflição ao toque	
	-AR: HVE em AHT, SIRA	



Data	EVOLUÇÃO	Rubrica
	<p>- ACU: ROR em 2T, BNF, S/S</p> <p>- Abdom: Plano, flácido, deprimido, URG, RHAQ.</p> <p>- FO: FO em linha mediana, brando sem comp- tados, nem sinais de flogose. Exsudat G em extremidade apical, em pequena quantidade, contendo sangue recente.</p> <p>- Extremidades: Pulso presentes, rosos, normotérmicos, sem edemas.</p> <p>- SNC: RASS-S; Pupilas anisocóricas, D > E; no fotoreagente, fixas.</p> <p>- SSUV: FC 58 bpm; PA 91x60 mmHg</p> <p>#Cd: Paciente estável do ponto de vista da especificidade de cirurgia, no momento de acompanhamento. Entanto, <u>alta da cirurgia geral</u>. Caso haja neces- sidade, indicamos poscon.</p>	
	<p>Dr.  + DR.  QUIZ</p>	

- ACW: ROR 2m 2T, BNF, S/S

- Absterme: Plasma, flüssig, demineralisiert, vngf. KHA®

- FO: FO em linha mediana, brando sem cor-
tados, sem sinais de flogose. Externa G em
extremidade apical, em pequena quantidade,
contendo sangue voluta

- Extrínsecas: Pulsores presentes, resacas, nimitais, nem endemas

- SNC: RASS-S; pupilas anisocóricas, $D > E$; no
laterização; fixas

-55 VV: FC 58 bpm, PA 91 x 60 mmHg

#Cd: Presença atual de parceira de vita da especialista
de curiúrgica, no momento de acompanhamento
do paciente, alta da curiúrgica geral. Com boa res-
posta, realiza para

+ an $\frac{1}{2}$ m





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE MEDICINA LEGAL

GUIA DE RECOLHIMENTO DE CADÁVER Nº

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ENDEREÇO: AV. FLORIANO PEIXOTO, 1045 - SÃO JOSÉ - CEP 58110-001 - C. GRANDE - PB.

NOME: Abel Dantas Silva

FILIAÇÃO:

MÃE:

PAI:

SEXO:

M.

COR:

B.

IDADE: 30.

PROFISSÃO:

ocultista

ENDEREÇO:

St Agostinho, São Domingos

LOCAL DE ÓBITO: Hospital de Trauma

DATA E HORA DO ÓBITO: 17/01/17 - 08:30h.

BREVE HISTÓRICO DO C.O.: Paciente vítima de acidente automobilístico de moto alcoolizado e sem capacete foi levado ao hospital pelo SAMU sendo atendido às 14:28h do dia 6/11/16

SOCORRO MÉDICO (data / hora / onde foi medicado / qual medicação usada / retirada do corpo estranho, (especificar sítio de retirada) / qual intervenção? Retirada órgãos ou segmentos, quais?

Realizado exame físico e exame de sangue no local onde ocorreu o acidente. Realizado L. Exploratório

OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS NECESSÁRIAS:

Realizado Inquérito sobre o uso de drogas e álcool.

Campina Grande - PB.

Dr. M3829
Assinatura e carimbo do Médico Assistente

(PREENCHER EM LETRA DE FORMA OU À MÁQUINA)



Nome: Ms. Auxiliadora Pontes Silva

GOVERNO DO PARÁIBA SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO
Código da Unidade: 00023671 CNPJ: 08-778.268/0001-60
Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS
Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARÁIBA UF: 25

PRONTUÁRIO Nº: 1346883

Nome: ABEL DANTAS SILVA Sexo: MASCULINO
Profissão: AGRICULTOR Documento: 160470193590006
End.: ST AGUAS BELAS, Bairro: ZONA RURAL
Município: SAO DOMINGOS Estado: SECEP:
Data Atendimento: 06/11/2016 14:28h Código do Município: 280680
Cartão do SUS: DTA. NASCIMENTO: 10/03/1987 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado):

Realizada em: *ULTRASSONOGRAFIA*

1. Abrasão 19. Fratura óssea fechada
2. Amputação 20. Fratura óssea aberta
3. Avulsão 21. Hematoma
4. Contusão 22. Injuriamento venoso
5. Crepitação 23. Laceração
6. Dor 24. Lesão tendinea
7. Edema 25. Luxação
8. Empalhamento 26. Mordedura
9. Enfisema subcutâneo 27. Movimento torácico paradoxal
10. Esmagamento 28. Objeto encravado
11. Equimose 29. Otorragia
12. F. Arma branca 30. Paralisia
13. F. Arma de fogo 31. Paresia
14. F. Contuso 32. Parestesia
15. F. Cortante 33. Queimadura
16. F. Corto-contuso 34. Rinorragia
17. F. Perfuro-contuso 35. Sinais de isquemia
18. F. Perfuro-cortante 36.

OBS.: *Politrauma.*

QUEIMADURA:
Superfície corporal lesada = ____ % Grau: () 1º grau () 2º grau () 3º grau

DIAGNÓSTICO / CID: *Politrauma.*

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS
Paciente encaminhado de Pombal e regulado pelo SAMU, vítima de acidente de moto, há 1h, estava alcadizado e sem capacidade, está sob VML. Já trouxe TC de crânio.

ALERGIA:
MEDICAMENTOS:
DIAGNÓSTICOS:
EXAME FÍSICO:
PUPILAS () Fotorreagentes () Isocóricas () Anisocóricas (x) *punti-formes*
Glasgow: PA: 19/179 HGT: Sat02: 98
ABD: escavada, depressível e flácida a palpação.
AR: MV rude em AHT, x/EA
AC: RCR 2T, BNF s/s FC = 90 bpm

EXAMES SOLICITADOS:
() Laboratoriais () Ultrassonografia: *TOMOGRAFIA*
() Gasometria arterial () Radiografias: *REALIZADA*
() Tomografia Computadorizada

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:
Especialista: *NCE* 1 às 14:00 hs Dia 06/11/16
Especialista: *Ortopedia* 1 às 14:00 hs Dia 06/11/16

MÉDICO SOLICITANTE:
PROCEDIMENTOS REALIZADOS:
PRESCRIÇÕES E CONDUTAS:
1 *SEL 1000 ml EV*
2
3
4
5
6

HORÁRIO REALIZADO:
06:50

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO
Carimbo: João de Carvalho





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
ABEL DANTAS DA SILVA

MATRÍCULA:
0697730155 2017 4 00090 208 0035760 85

SEXO masculino	COR PARDA	ESTADO CIVIL E IDADE solteiro, 28 anos
NATURALIDADE/UF Pombal-PB		DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF nº: 090.941.144-10
ELEITOR SIM - Nº 036965161228, Zona: 31 - PB		
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA (DO FALECIDO) ANTONIO DE SOUZA SILVA e MARIA AUXILIADORA DANTAS DA SILVA. Residia na(o) SÍTIO ÁGUAS BELAS, ZONA RURAL, no município de São Domingos-PB		
DATA E HORA DO FALECIMENTO dezesete de janeiro de dois mil e dezessete - 08:30		DIA 17
		MÊS 01
		ANO 2017
LOCAL DO FALECIMENTO HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE-PB no município de Campina Grande-PB		
CAUSA DA MORTE PNEUMOTÓRAX HIPERTENSIVO. VINHA PILOTANDO MOTOCICLETA QUANDO PERDEU O CONTROLE EM UMA CURVA E CAIU DA SELA.		
NOME DO MÉDICO / CRM Reginaldo A.B. Teixeira - CRM: 6999		LOCAL DO SEPULTAMENTO SÃO DOMINGOS DE POMBAL-PB
DECLARANTE ANTONIO DE SOUSA SILVA, pai do falecido, brasileiro, casado, com 61 anos de idade, aposentado, residente e domiciliado: SÍTIO ÁGUAS BELAS, ZONA RURAL, São Domingos-PB, natural de Pombal-PB		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Registro lavrado em 17/01/2017, no Livro C-00090, Nº 35760, folha 208. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 244974268. O FALECIDO DEIXA UM FILHO MENOR DE IDADE, ERA AGRICULTOR, NÃO DEIXA BENS, NADA MAIS FOI DECLARADO.		
NOME DO OFÍCIO Cartório de Registro Civil de José Pinheiro		O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Campina Grande-PB, 17 de Janeiro de 2017
OFICIAL REGISTRADOR Francisco Solano Rodrigues		 Francisco Solano Rodrigues Oficial do Registro Civil
MUNICÍPIO/UF Campina Grande-PB		
ENDEREÇO R. Fernandes Vieira, nº 330, José Pinheiro Campina Grande-PB - CEP 58407490 Fone: 83:3341.8065 E-mail: cartoriojosepinheiro@hotmail.com		Selo Digital: AEE16376-ZFNP Consulte a autenticidade em: https://selodigital.tjpb.jus.br



VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 293496 B





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
1ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

Processo n.º: 0801080-15.2018.8.15.0301

Assunto: [SEGURO]

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: A. A. D. S.

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Pugna a parte autora pela concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.

Nesse sentido, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe que "*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*".

Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece presunção relativa da hipossuficiência, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC.

Posto isso, intime-se a parte autora para, em um prazo de 15 (quinze) dias, juntar **cópias dos comprovantes de rendimentos dos últimos 03 (três) meses** ou, **cumulativamente**, os seguintes documentos, sob pena de indeferimento do benefício da gratuidade de justiça, ou, no mesmo prazo, efetuar o recolhimento das custas judiciais, sob pena de indeferimento da petição inicial e o consequente cancelamento da distribuição (art. 321 c/c 290, ambos do CPC):

- a. cópia dos extratos bancários de contas de titularidade da parte autora dos últimos três meses;
- b cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses;
- c. cópia da última declaração do imposto de renda da parte autora apresentada à Secretaria da Receita Federal;
- d. cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor;
- e. extrato de benefício de aposentadoria;
- e. guia de recolhimento de custas emitida pelo TJPB, indicando qual o valor das custas processuais.


Cumpra-se.

Pombal/PB, data e assinatura eletrônicas.

Mathews Francisco Rodrigues de Souza do Amaral
Juiz de Direito em Substituição



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA 1ª
VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL - PARAÍBA**

ARTHUR ANDRE DA SILVA, representado por sua genitora, **ROSANGELA ANDRE DE SOUSA**, já qualificados nos autos, através do seu advogado e bastante procurador, endereço *in fine* , em AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT c/c REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, cumprindo despacho retro, informar que a genitora do autor é **AGRICULTORA**, conforme ficha de associado ao sindicato dos trabalhadores rurais de São Domingos – PB, acostada aos autos.

Informa ainda que, recebe apenas uma PENSÃO no valor de 01 (um) salário mínimo, conforme extrato acostado, pela morte de ABEL DANTAS DA SILVA, sendo seu único meio de subsistência, bem como, de seu filho (autor).

Desta forma, requer que lhes sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, na forma do artigo 98, do NCPC.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Pombal - PB, 21 de março de 2019.

CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA
ADVOGADO OAB/PB 21.101

Rua Miguel Alves da Silva, 28, Petrópolis, Pombal – PB, CEP: 58840-000, email: evandroqueiroga.adv@hotmail.com, Cel. 83-98132-0080 (vivo)/ 83 –99970-6734 (TIM)



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO DOMINGOS-PB
RG.SINDICAL.MTE: 46000.009720/2004-73 - CGC: 01.753.590/0001-96
Email: str.saodomingos.pb@bol.com.br

FICHA DE ASSOCIADO

Nº 1.697

Nome: Rosangela André de Sousa

Filiação: José Soares de Sousa

Maria José de Sousa

Estado civil: Solteira Natural: Pombal/PB Nacionalidade: Brasileira

Local onde reside: Sítio Boi

D/Nascimento: 11 de Janeiro de 1987 Profissão: Agricultora Familiar

Carteira Profissional Nº 40.466 Série 00030 - PB Carteira Reservista Nº

Título de Eleitor Nº 349710112-79 Zona 31 Seção 169 Inscrito no Sindicato em 04/10/2013

Identidade Nº 3379546 SSP/PB CPF: 077.215.964-59 NIT: 1.653.684.368-2

Outras Associações que pertence Associação Comunitária Rural do Boi

Trabalha para: Secundino Dantas de Sá

Local onde trabalha: Sítio Boi

Desde quando?

Sabe ler? Sim

Instrução: Alfabetizada

Nome da Esposa(o):

Filhos:

Quantos estudam?

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Hospitalar:

Dentária:

A Maternidade:

Jurídica:

Funerária:

Farmácia:

Auxílio Diversos:

Médica Ambulatorial:

Carla Regina Fernandes
Presidente
CPF: 023.053.124-00



MESES \ ANOS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
JANEIRO		PG	PG	PG	PG				
FEVEREIRO		PG	PG	PG	PG				
MARÇO		PG	PG	PG	PG				
ABRIL		PG	PG	PG					
MAIO		PG	PG	PG					
JUNHO		PG	PG	PG					
JULHO		PG	PG	PG					
AGOSTO		PG	PG	PG					
SETEMBRO		PG	PG	PG					
OUTUBRO	PG	PG	PG	PG					
NOVEMBRO	PG	PG	PG	PG					
DEZEMBRO	PG	PG	PG	PG					
SOMA									

Valor das contribuições _____ a R\$ _____ de / a R\$ _____

É Meciro? _____ Arrendatário? _____ Foreiro? _____ Parceiro? _____ Pequeno proprietário? _____ Associado _____

Qtos. filhos estudam? 1º ☐ 2º ☐ 3º ☐ 4º ☐ Primário 1º ☐ 2º ☐ 3º ☐ 4º ☐ Ginásio ☐

Observações: _____



ACAO

Inicio Origem Desvio Restaura Fim

NB: 1809671156 ROSANGELA ANDRE DE SOUSA Situacao: Ativo

OLM Atual: 13.0.21.100 Espec: 21 Pagto: 5 o. Dia Util

Banco: CAIXA OP: 252724 - POMBAL

Conta Corrente Atual: 0000393250 Dt. Renovacao Senha: 31/01/2019

Periodo	Ret.	Dt. Pagto	Valor	Meio	Inv	Blq	Est	Det
01/03/2019 a 31/03/2019			978,04				CCF	
01/02/2019 a 28/02/2019	PAGO	28/02/2019	978,04				CCF	
01/01/2019 a 31/01/2019	PAGO	31/01/2019	978,04				CCF	
01/12/2018 a 31/12/2018	PAGO	28/12/2018	934,92				CCF	
01/11/2018 a 30/11/2018	PAGO	30/11/2018	1.411,25				CCF	
01/10/2018 a 31/10/2018	PAGO	31/10/2018	934,92				CCF	
01/09/2018 a 30/09/2018	PAGO	28/09/2018	934,92				CCF	
01/08/2018 a 31/08/2018	PAGO	31/08/2018	1.411,92				CCF	
01/07/2018 a 31/07/2018	PAGO	31/07/2018	934,92				CCF	

CONTINUA

Proxima Pagina: 02

Digite 99 para encerrar ou para detalhar

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA MISTA DE POMBAL**

Processo nº 0801080-15.2018.8.15.0301

AUTOR: A. A. D. S. PROCURADOR: ROSANGELA ANDRE DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

É forçoso relembrar que o instituto da Gratuidade da Justiça se destina a deferir a benesse legal àqueles que efetivamente não têm condições de arcar com as custas processuais, sem comprometimento do próprio sustento, a fim de lhes possibilitar o acesso à Justiça.

O novo Código de Processo Civil acaba por incentivar o equivocado costume de deferimento indiscriminado da gratuidade de justiça, em desacordo com o presente Poder Constituinte Originário. É importante lembrar que, segundo a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, "o Estado prestará **assistência jurídica Integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos**" (art 5º. LXXIV, CF/88).

Ressalto ainda que a movimentação da máquina judiciária demanda custos, como ocorre na prestação de qualquer serviço. O fato de o jurisdicionado ser agraciado com a Justiça Gratuita implica o repasse dessas despesas a alguém. Embora exista certa previsibilidade orçamentária para cobrir essas despesas, o deferimento indistinto do benefício reflete de forma negativa no orçamento da Justiça.

Dentro dessa perspectiva, entendo que a gratuidade integral – é dizer, a dispensa indistinta do recolhimento prévio – de custas, taxas, diligências, honorários e demais despesas processuais apenas deve ser concedida quando os demais instrumentos mostrarem-se ineficientes a assegurar o acesso à pessoa com insuficiência de recursos. Noutras palavras, o julgador somente deve conceder a dispensa integral e irrestrita se o requerente não puder parcelar e/ou pagá-la com redução proporcional, na forma dos §§ 5º e 6º, art. 98, do CPC.

Não se pode olvidar que a declaração de pobreza traz em si uma presunção de veracidade, notadamente quando feita por pessoa física. Todavia, esta presunção pode ser elidida quando houver nos autos elementos em sentido contrário (art. 99, § 2º, do NCPC) ou quando feita por pessoa jurídica (art. 99, § 3º, do NCPC), sobretudo quando constituída na forma de empresa, exercendo, pois, atividade econômica.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de Justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Instado a se manifestar para comprovar a hipossuficiência, o autor, menor impúbere, representado por sua genitora, comprovou que esta é agricultora, através de cópia da ficha de associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos-PB, bem como juntou extrato comprovando que ela recebe uma pensão no valor de 01 (um) salário-mínimo.

Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor das custas trará à parte autora uma **sobrecarga** para o seu sustento e de sua família, haja vista ter demonstrado não possuir condições para arcar com tais despesas.

Assim, a fim de garantir o acesso à justiça CONCEDO A JUSTIÇA GRATUITA, DE FORMA TOTAL, em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/7015.

Por fim, ressalto que a decisão que concede a gratuidade está condicionada à cláusula *rebus sic standibus* e não gera preclusão pro judicato.

Cite-se a parte demandada para contestar a presente demanda no prazo de quinze dias, com as



advertências legais.

Deixo de designar audiência de conciliação/mediação, visto que a parte demandada não realiza acordos em demandas dessa natureza.

Cumpra-se.

POMBAL, data do protocolo eletrônico.

Juiz(a) de Direito



Nº DO PROCESSO: 0801080-15.2018.8.15.0301

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

AUTOR: A. A. D. S. PROCURADOR: ROSANGELA ANDRE DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CITAÇÃO

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). , MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Pombal, fica **CITADA a promovida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** por todos os atos do processo acima mencionado, podendo oferecer defesa em 15 dias, sob pena de revelia.

POMBAL-PB, em 9 de julho de 2020

De ordem, KATYANA ALENCAR MARTINS

Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DESTA COMARCA
DE POMBAL - PARAÍBA.**

ARTHUR ANDRE DA SILVA, representado por sua genitora, ROSANGELA ANDRE DE SOUSA, qualificados nos autos, cumprindo despacho retro, através de seu bastante e único advogado, vem informar que o objeto da ação não se trata de invalidez permanente e sim morte, tendo em vista que o genitor da parte autora veio a óbito após acidente automobilístico.

Diante disso, se faz desnecessário a perícia agendada.

Requer ainda, o prosseguimento do feito e consequentemente, que seja julgado totalmente procedente.

Termo em que,

Pede deferimento.

POMBAL – PB -, 14 de julho de 2020.

Carlos Evandro Rabelo de Queiroga
Advogado OAB/PB 21.101



COTA MINISTERIAL

Ao tempo em que toma ciência da presente demanda, o Ministério Público requer o regular andamento do feito, notadamente, por se tratar de ação em que atua como fiscal da ordem jurídica, devendo ter vistas apenas após as partes, nos termos do art. 179, I, do CPC.

Pombal, 14 de julho de 2020.

THOMAZ ILTON FERREIRA DOS SANTOS

Promotor de Justiça

